

ASPECTOS GERAIS SOBRE OS JOVENS DE 16 A 24 ANOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Rogério Rocha,
Viviane Almeida,
Deise Vilela,
Emerson Araújo
Fabiano Costa¹

Resumo

Este trabalho é parte integrante dos estudos realizados pela Sub-Secretaria de Estudos, Pesquisas e Projetos, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu e compreende a análise de indicadores sociais referentes aos Jovens de 16 a 24 anos e suas relações com o mundo do trabalho e seus aspectos sócio-econômicos. Traz um panorama geral da juventude sem dissociar, no entanto, suas características no âmbito do tecido social à qual está inserida (em níveis mundial, nacional e municipal). Para este trabalho foram utilizados como fonte primária de pesquisa micro-dados do Censo Populacional do ano 2000, realizado pelo IBGE; dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/ MTE) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/ MTE); além de dados oriundos da própria Secretaria Adjunta de Trabalho e Emprego, provedora do estudo. Com isto, o presente estudo visa traçar um perfil do jovem trabalhador do município de Nova Iguaçu, através da análise de indicadores balizados por informações adicionais acerca dessa parcela da população iguaçuana.

Palavras-Chave: Políticas Públicas para Juventude, Trabalho Jovem, Nova Iguaçu.

Abstract

This work is part of studies done by the Sub-Secretary of Studies, Researches and Projects, linked to Municipality Secretary of Economic and Social Development (SEMDES) of the City of Nova Iguaçu and refers to analyses of social indexes referring to youths from 16 to 24 years and their relationships with the working world and its social and economics aspects. It brings general scene about youth without dissociating, however, its characteristics on the social tissue to whom it pertains (on world-while, national and local levels). On this paper have been utilized as primary sources of micro-data of Population Census of 2000 year, done by IBGE; statistic data do Ministry of

¹ Rogério Rocha – Economista, professor universitário da Faculdade São Camilo e UniverCidade, Sub-Secretário de Trabalho e Emprego da Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ, Viviane Almeida – Economista, Msc em Desenvolvimento Econômico - UFU e Assessora da SEMTE/PCNI, Emerson Araújo, Deise Vilela e Fabiano Costa – Estagiários de Administração, Economia (UFRRJ) e Engenharia Civil (UFRJ) respectivamente.

Work and Employ: Annual Social Informations (RAIS/MTE) and General Register of Employment and Unemployment (CAGED/MTE); beyond these data, the Secretary of Work and Employment itself furnished these data.. Present study aims to draw of youth worker of the Municipality of Nova Iguaçu, by the analyses of main reports, informations about this parcel of Nova Iguaçu population.

Key Words: Public Politics for Youth, Youth Work, Nova Iguaçu.

APRESENTAÇÃO

Um estudo recente feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)² mostrou que quase 50% dos desempregados são jovens entre 15 e 24 anos, com uma chance três vezes maior que os adultos de ficarem sem trabalho. Considerado pela própria OIT como um problema, pois os jovens nessa faixa representam ¼ da população em idade de trabalhar.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do mês de dezembro de 2005, divulgada em janeiro pelo IBGE, os trabalhadores mais jovens enfrentam dificuldades para conseguir trabalho. Em 2003, os trabalhadores jovens com até 24 anos representavam 19,5% dos ocupados. Em 2005, essa parcela caiu para 18,2%. Ou estes jovens estão enfrentando mais dificuldade, ou estão sendo mais criteriosos na escolha do emprego. É o caso de quem se dedica ao estudo e procura emprego, mas recusa as ofertas ruins, conforme aponta Márcio Ferrari, analista do IBGE.

Ainda, de acordo com a pesquisa, em 2004, muitos jovens foram empurrados para o mercado de trabalho para ajudar a recompor a renda de suas famílias. Com os ganhos de renda obtidos nos últimos meses, esses jovens podem ter deixado de procurar emprego.

O presente trabalho tem como foco o levantamento de dados para que seja possível o mapeamento das características sócio-econômicas dos jovens de Nova Iguaçu

² Global Employment *Thends* – Brief, January – 2006.

e seu entorno, priorizando a faixa etária dos 16 aos 24 anos. Esta análise abordará variáveis como: população, gênero, grau de escolaridade, situação no mercado de trabalho como rendimento e rotatividade e outros tipos de variáveis que apontem tanto qualitativa quanto quantitativamente as características e o comportamento dos jovens dentro deste contexto. Todas essas informações poderão servir de base para a elaboração de um projeto de políticas públicas feito pela Secretaria de Trabalho e Emprego direcionado para jovens nesta faixa etária dentro do projeto principal da Prefeitura denominado de Bairro Escola.

INTRODUÇÃO

Cerca de 180 milhões de pessoas no mundo estão procurando emprego e, destes, mais de um terço são jovens entre 15 e 24 anos. Além disso, cerca de um terço da mão-de-obra mundial está desempregada ou subempregada. “O aumento da economia informal traduz-se no aumento do subemprego e, em geral, na queda de produtividade e de remuneração que, por sua vez, geram um aumento de trabalhadores pobres” (OIT, 2006).

São considerados jovens, para fins de análise, os indivíduos situados na faixa etária entre 16 e 24 anos (DIEESE, 2001, p. 145). Este grupo específico de cidadãos hoje representa parcela significativa da população brasileira (cerca de 34 milhões) e na Cidade de Nova Iguaçu isto também se verifica este fato, pois esta faixa etária está em torno de 18% de todo o contingente populacional do município, refletindo a relevância da juventude no cenário geral em qualquer esfera (IBGE, Censo Populacional, 2000).

Dada essa importância, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase) e o Instituto Polis realizaram uma grande pesquisa intitulada: **“Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas”** que ouviu e debateu com estes jovens diversas questões que propiciaram diagnósticos acerca de sua

situação, seus anseios, sua participação, além de traçar uma imagem correta sobre “as juventudes brasileiras” (RIBEIRO *et al.*, 2006, p. 77).

Ficou constatado que dentre as maiores preocupações dos jovens figuram temas associados principalmente ao desemprego, má distribuição de renda, violência, educação, desigualdade social, entre outras, sendo o trabalho apontado como a segunda preocupação entre os jovens pesquisados, logo após a segurança, que ficou como o primeiro problema que hoje aflige o Brasil (TOMMASI, 2006, p.35). De acordo com a pesquisa:

O lugar do trabalho entre as preocupações dos participantes confirma o que vem sendo apontado em diversos estudos, ou seja, que a incerteza e a apreensão com a busca ou perda de postos de trabalho – processos diretamente relacionados com a obtenção do primeiro emprego e a falta de oportunidades no mercado – são uma constante na vida dos jovens, especialmente, daqueles dos setores populares que desde muito cedo sofrem as pressões para a inserção no mundo do trabalho (iBase/ Instituto Polis, 2005, p.19).

O tema Mundo do Trabalho tornou-se uma grande preocupação para governos e vem gerando grandes mobilizações na tentativa de promoção de políticas públicas que atinjam maciçamente esta parcela da população. Mas é preciso ficar atento com relação ao modo em que se deve atuar para que não se omitam questões ligadas aos direitos que são garantidos por lei, mais especificamente em se tratando de adolescentes, os quais são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispõe de artigos ligados à temática em seu capítulo V – Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Com isto, a geração de trabalho e renda para esta faixa etária deve ser conduzida sem prejuízos a outros direitos assegurados pelo Estatuto aos jovens maiores de 16 anos, ou seja, sem que haja ônus de quaisquer naturezas ao jovem, sendo vedados: trabalhos noturnos, perigosos, insalubres ou penosos, em locais prejudiciais à sua formação ou em horários/ locais que não permitam sua ida à escola, conforme disposto nos incisos I a IV do Art. 67.

Importante salientar que, segundo o Art. 60, é “proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Ainda sobre o Estatuto, fica estabelecido no Art. 65 que “ao adolescente aprendiz, maior de 16 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”; e os artigos 68 e 69 enfatizam o caráter educativo e de qualificação profissional voltada ao mercado de trabalho que devem ser alcançados com suas atividades laborais nesta fase de suas vidas.

Durante a Reunião Tripartite sobre o Emprego de Jovens, realizada em Genebra entre 13 e 15 de novembro de 2004, foram discutidos os principais desafios enfrentados pelos países em relação ao emprego de jovens, onde ficou acordado que a promoção do trabalho decente para os jovens constitui elemento decisivo para erradicar a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável, conforme definido nas metas do milênio (OIT, 2006).

“Quanto maiores são a instrução e o rendimento, maiores são as chances para as práticas associativas” (CARRANO, 2006, p.5). Jovens com mais escolaridade participam de mais grupos, entretanto, na medida em que a idade avança, percebe-se uma diminuição nesse tipo de participação. Alguns pesquisadores, porém, divergem sobre as necessidades quanto ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho. Para uns esta entrada deve ser postergada para que a permanência na escola seja favorecida, o que, por sua vez, garantirá a estes jovens melhores oportunidades tanto em termos de remuneração, como de possibilidade de realização pessoal. “Por outro lado, (para outros, porém), considerando os intensos processos de transformação produtiva e de mudança social”, nem sempre os jovens são absorvidos em postos de trabalho condizentes com sua escolarização, podendo induzir que nem sempre se cumpre a máxima de que uma maior escolarização garante melhores postos de trabalho (TOMMASI, 2006, p.35).

Apesar de os jovens apontarem o direito ao trabalho como central em suas vidas, entre gestores e pesquisadores não existe um consenso sobre o reconhecimento desse direito e sobre a necessidade de se criar uma legislação específica que garanta e regule o direito ao trabalho juvenil.

Por um lado, já que as noções de juventude e adolescência ainda estão bastante imbricadas (FREITAS, 2005, *apud idem*), é difícil afirmar um direito que parece contradizer o que é afirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbe o trabalho para quem tem menos de 14 anos e regulamenta de forma bastante severa o trabalho para quem tem menos de 18 anos (*Ibdem*).

Conseguir um posto de trabalho é um problema corriqueiro para a maioria dos jovens brasileiros, e isto tende a aumentar quando estes jovens são negros, mulheres, ou pertencentes a classes sociais mais humildes, ou seja, minorias. Ainda é significativa a luta contra preconceitos para transpassar as barreiras que interditam a entrada de muitos jovens no mercado de trabalho. É importante observar a preocupação deles com o desemprego. Grande parcela está buscando oportunidades e acaba esbarrando em problemas ligados à falta de experiência e/ ou qualificação profissional, além de baixos níveis de escolaridade, em muitos casos. Outro embate é travado em função do binômio Trabalho/ Estudo, ou seja, isso se dá quanto à conciliação, na maioria das vezes, impraticável entre horários dedicados ao trabalho e aos estudos, levando quase sempre uma atividade em detrimento da outra (DIEESE, 2001, p.162). Além destes entraves, foi identificada uma outra barreira bem peculiar que, se não prejudica diretamente, ao menos limita as oportunidades do ingresso de alguns jovens no mercado de trabalho; e “estrutura as relações de trabalho, a partir das relações de conhecimento pessoais”, ou seja, o posto de trabalho é conseguido através de indicação de amigos, parentes, ou conhecidos. (TOMMASI, 2006, p.37).

No âmbito do emprego de jovens, a rápida globalização do mundo e os avanços tecnológicos oferecem novas oportunidades de trabalho produtivo. Porém, para muitos jovens, essas tendências apenas aumentam sua vulnerabilidade inerente. Estima-se que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idade entre 15 e 24 anos está desempregada, ou seja, 88 milhões de jovens, que representam mais de 40% do total de desempregados. Destes, 85% encontram-se em países em desenvolvimento. E as perspectivas de melhoria não são animadoras, já que é esperada a entrada de 660 milhões de jovens no mercado de trabalho nos próximos dez anos (OIT, 2006).

A OIT ressalta ainda que no Brasil o desemprego atinge cerca de 3,5 milhões de jovens que correspondem a cerca de 45% da força de trabalho nacional. Com isso, fica a preocupação de se haverá emprego para acomodar esta força de trabalho e se os mesmos seriam “produtivos e decentes já que 93% dos empregos disponíveis para este grupo estão na economia informal, de baixa remuneração, com pouca ou nenhuma segurança e benefícios e perspectivas de crescimento”. (OIT, 2006)

É importante lembrar que, muitas vezes, os jovens hoje desempregados são os trabalhadores infantis de anos atrás. Dessa forma, o aumento das oportunidades de trabalho decente para jovens não pode ser dissociado dos esforços de erradicação do trabalho infantil e da melhoria de perspectivas de emprego para adultos. Além do mais, o problema do desemprego de jovens reflete e perpetua déficits de trabalho decente nas famílias, comunidades e grupos (OIT, 2006).

Quanto aos fatores que levam os jovens a buscarem trabalho, destacam-se os baixos níveis de renda e de capacidade de consumo que desencadeiam o desejo de suprir suas necessidades através de atividades laborais onde possam adquirir renda, mormente como única saída para a melhoria das condições de sobrevivência.

A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos (as) jovens, especialmente das famílias mais pobres, é incerta, ou seja, os (as) jovens ocupam as ofertas de trabalho disponíveis, que, em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. A informalidade é crescente à medida que se desce nos estratos de renda e consumo do beneficiário do emprego. O aumento da escolaridade, em geral, coincide com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os (as) jovens, considerando que o desemprego juvenil é três vezes maior que o do conjunto da população. Quanto à qualidade do ensino, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, a situação é de crescente piora nos índices de qualidade que afeta, de forma mais intensa e preponderante, a rede pública (CARRANO, 2006, p. 5).

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é composta por 20 municípios onde vivem cerca de 2 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, dentre eles

Nova Iguaçu, com cerca de 142 mil habitantes nesta faixa etária, segundo dados do Censo 2000 do IBGE. A maioria dos jovens está concentrada na classe C (46,2 %) e mais da metade (55,7 %) se autodeclarou como afro-descendente (AGUIAR *et al.*, 2006, p. 26).

Um dado alarmante, evidenciado na pesquisa do Ibase/ Polis, demonstrou que mais da metade destes jovens não estava na escola (51,1 %). Isto é preocupante, tendo em vista que, como já foi demonstrado, o nível de escolaridade é fator preponderante na conquista de postos de trabalho condizentes com os graus alcançados pelo jovem (*idem*).

Ainda segundo o autor (*ibidem*): “Menos da metade dos jovens exercia alguma atividade remunerada (42,6 %)”, dentre os quais, os jovens do sexo masculino são grande maioria. Negros, mulheres, pessoas mais jovens, com baixos níveis de escolaridade e mais pobres estão submetidos a situações laborais mais extremas e penosas, tanto do ponto de vista quantitativo (baixas remunerações), quanto do ponto de vista qualitativo (condições de trabalho deficientes – ausência de condições de segurança e saúde no trabalho, situações humilhantes, além de trabalho informal ou por conta própria sem a proteção da legislação trabalhista ou previdenciária, *etc.*).

Contudo, a participação dos jovens no mercado de trabalho é bastante elevada nas principais regiões metropolitanas do país, pois se verifica que a necessidade do trabalho é condição *sine qua non* para a sobrevivência da maioria deles. Entretanto, as taxas de desemprego observadas neste segmento, se comparadas ao conjunto da população com mais de 16 anos, são relativamente superiores (DIEESE, 2001, p.149).

Não há, no entanto, para muitos jovens que não figuram nas taxas de desemprego, motivos para comemorar sua inserção no mercado de trabalho. Isto porque uma parcela significativa trabalha sob condições precárias, com ou sem contrato que comprovem seus vínculos trabalhistas e que regem suas atividades profissionais,

deixando-os desprovidos da devida proteção das leis do trabalho³ vigentes no país, contrariando, assim, alguns itens do Estatuto da Criança e do Adolescente e/ ou da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No que concerne à remuneração alcançada por quem esteja ocupando algum posto de trabalho, em geral, verifica-se que os rendimentos são baixos, menores que a média. Isto se deve em alguns casos à falta de qualificação profissional adequada, além da falta de experiência (DIEESE, 2001, p.157). Noutros casos, poder-se-ia considerar exploração de mão-de-obra especializada, como no caso de estágios remunerados que desqualificam o caráter de aprendizagem e capacitação para o trabalho que é posto em detrimento de atividades produtoras. Estes estágios acabam figurando como uma “estratégia de sobrevivência imediata, na tentativa de superar as exigências do mercado de trabalho” (TOMMASI, 2006, p.37). Entretanto, este tipo de ocupação é mais acessível a jovens de maior poder aquisitivo.

Quanto à jornada de trabalho, na maior parte dos casos, os jovens dedicam um tempo menor que a média, porém, ainda assim, na maioria dos casos o tempo acaba se tornando prejudicial para a consecução de outras atividades, como a prática de esportes, estudo, cultura, diversão, *etc* (DIEESE, 2001, p.160).

Destarte, este trabalho objetiva esmiuçar as principais características da população jovem no município de Nova Iguaçu. Seu perfil, suas especificidades, como e onde está inserida (educação e mercado de trabalho), principiando com a utilização de variáveis relacionadas com esta faixa etária, tais como: setores, gênero, grau de instrução, faixa média salarial; tipo de admissão, taxa de rotatividade nos postos de trabalho; para estas, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/ MTE). Em seguida, foram analisados dados oriundos da própria Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, através da base de dados fornecida pela

³ Vide Art. 61 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Intermediação de Mão-de-Obra, com variáveis que abarcam, entre outros, gênero, estado civil, etnia, grau de instrução. Finalmente, estes dados são refletidos e expostos naquilo que consideramos conclusões preliminares, cujo efeito é avaliar, pois, a situação atual com base nos parâmetros aqui inseridos no intuito de direcionar as políticas públicas mais adequadas para esta população em especial.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A SITUAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM 2004 NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

De acordo com o censo 2000, Nova Iguaçu tinha uma população de 754.519 habitantes, correspondente a 7,0% do contingente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com uma proporção de 93,8 homens para cada 100 mulheres, segundo o estudo socioeconômico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em 2005⁴.

A **Tabela 1** nos mostra a quantidade de habitantes no município de Nova Iguaçu em 2000 e a divisão por faixa etária.

Tabela 1 - População na faixa de 15 a 24 anos de Nova Iguaçu em 2001

Faixa Etária	Quantidade	
	Habitantes	Porcentagem
Pessoas residentes - 15 a 17 anos - municípios vigentes em 2001	42.594	5,60
Pessoas residentes - 18 a 19 anos - municípios vigentes em 2001	30.009	3,98
Pessoas residentes - 20 a 24 anos - municípios vigentes em 2001	69.995	9,27
População total de 15 a 24 anos	142.598	18,89
Pessoas residentes - resultados da amostra - municípios vigentes em 2001	754.756	100,00
População estimada 2005 em 01.07.2005	830.902	-----

Fonte: IBGE - Censo Populacional 2000. Estimativa 2005: www.ibge.gov.br

⁴ Estudo disponível em www.tce.rj.gov.br

Observamos que a maior parcela de jovens encontra-se situada na faixa entre 20 e 24 anos, com um total de 69.995 habitantes em 2000. Interessante observar que o total de jovens na faixa de 15 a 24 anos corresponde a 18,89% da população total no ano em questão, ou seja, há um relevante contingente de jovens no município.

A Tabela 2, a seguir, nos mostra o número de jovens que estão empregados no mercado de trabalho formal divididos pelos Grandes Setores. A maioria destes jovens encontra-se empregado no setor de comércio e no de serviços com o maior número inserido na faixa entre 18 e 24 anos.

Tabela 2 - Número de jovens trabalhadores divididos nos grandes setores – 2004

Setores	Idade (anos)		TOTAL
	até 17	18 a 24	
Indústria	40	1.694	1.734
Construção civil	3	408	411
Comércio	144	5.932	6.076
Serviços	59	4.344	4.403
Agropecuária, Extr Vegetal, Caça e Pesca	0	10	10
Total	246	12.388	12.634

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

Quando observamos a Tabela 3, percebemos que a divisão por gênero nos revela que o número de homens empregados no mercado de trabalho formal é maior que o número de mulheres. Entretanto, essa distância pode ser considerada pequena. A desigualdade, caso haja, de fato deverá ser mais bem avaliada através de outras variáveis como, por exemplo, a faixa salarial que será vista posteriormente.

Tabela 3 - Número de jovens trabalhadores por gênero – 2004

Sexo	Idade (anos)		TOTAL
	até 17	18 a 24	
Masculino	158	6.912	7.070
Feminino	88	5.476	5.564
Total	246	12.388	12.634

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

A Tabela 4, a seguir, nos mostra o número de trabalhadores no município com a divisão por grau de instrução. Os dados nos revelam que a maioria dos jovens possui a oitava série completa e o 2º grau incompleto e completo, atual ensino médio. A parcela destes jovens que, ao menos, tenham ingressado no curso superior ainda é muito pequena, somente 499 jovens com 18 a 24 anos empregados no mercado de trabalho formal estão cursando uma faculdade dentro de um total de mais de 12.000 jovens.

Tabela 4 - Números de jovens trabalhadores por grau de instrução – 2004

Grau de Instrução		Idade (anos)		TOTAL
		até 17	18 a 24	
Analfabeto		0	27	27
Ensino Fundamental	4ª série incompleta	2	161	163
	4ª série completa	4	349	353
	8ª série incompleta	24	846	870
	8ª série completa	43	2.564	2.607
Ensino Médio incompleto		114	1.754	1.868
Ensino Médio completo		54	5.908	5.962
Ensino Superior incompleto		4	499	503
Ensino Superior completo		1	280	281
Total		246	12.388	12.634

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

A Tabela 5 nos mostra a média salarial dos jovens que empregados em 2004. A faixa salarial que abrange a maior quantidade de trabalhadores jovens é a de 1,00 a 3,00 salários mínimos. Vale destacar que aproximadamente 52% destes jovens ganham entre 1,01 e 1,50 salários mínimos.

Tabela 5- Números de jovens trabalhadores por faixa média salarial - 2004

Rendimento Médio	Idade (anos)		TOTAL	%
	até 17	18 a 24		
Até 0,5 Salário Mínimo	4	33	37	0,29
de 0,51 a 1,00 Salário Mínimo	90	499	589	4,66
de 1,01 a 1,50 Salários Mínimos	131	6.473	6.604	52,27
de 1,51 a 2,00 Salários Mínimos	10	2.911	2.921	23,12
de 2,01 a 3,00 Salários Mínimos	7	1.582	1.589	12,58
de 3,01 a 4,00 Salários Mínimos	3	594	597	4,73
de 4,01 a 5,00 Salários Mínimos	0	124	124	0,98
de 5,01 a 7,00 Salários Mínimos	1	102	103	0,82
de 7,01 a 10,00 Salários Mínimos	0	40	40	0,32
de 10,01 a 15,00 Salários Mínimos	0	4	4	0,03
de 15,01 a 20,00 Salários Mínimos	0	2	2	0,02
Mais de 20,00 Salários Mínimos	0	1	1	0,01
Ignorado	0	23	23	0,18
Total	246	12.388	12.634	100,00

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

A Tabela 6 revela o tipo de admissão destes jovens no mercado de trabalho. A quantidade de admitidos no primeiro emprego é pequena, apenas 2.659 conseguiram o primeiro emprego no mercado de trabalho formal em 2004. Para aqueles que já haviam trabalhado anteriormente foi relativamente mais fácil ingressar novamente no mercado de trabalho; num total de 12.634 jovens empregados, 3.907 conseguiram outra vaga.

Tabela 6 - Números de jovens trabalhadores por tipo de admissão - 2004

Tipo de Admissão	Idade (anos)		TOTAL
	até 17	18 a 24	
Admissão de empregado no primeiro emprego	146	2.513	2.659
Admissão de empregado com emprego anterior	49	3.858	3.907
Transferência do empregado de outro estabelecimento com ônus para o...	0	50	50
Transferência do empregado de outro estabelecimento sem ônus para o...	3	296	299
Outros casos não previstos, inclusive encerramento de ativ., baixa, ...	0	2	2
Não admitido no ano	48	5.669	5.717
Total	246	12.388	12.634

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

A Tabela 7 revela a taxa de rotatividade destes jovens no mercado de trabalho, o qual, diversas pesquisas apontam que a alta rotatividade enfrentada pelos trabalhadores

é uma das formas de precarização das relações de trabalho vigentes. No mercado de trabalho formal no município observamos que, aproximadamente, 34% dos trabalhadores permanecem até 5,9 meses no emprego, ou seja, há uma alta rotatividade destes. Apenas 2.706 trabalhadores permanecem de 12,0 a 23,9 meses no mesmo emprego.

Tabela 7 - Números de jovens trabalhadores por taxa de rotatividade - 2004

Taxa de Rotatividade	até 17 anos	18 a 24 anos	TOTAL
Ate 2,9 meses	45	2.377	2.422
De 3,0 a 5,9 meses	61	1.757	1.818
De 6,0 a 11,9 meses	92	2.584	2.676
De 12,0 a 23,9 meses	44	2.662	2.706
De 24,0 a 35,9 meses	4	1.613	1.617
De 36,0 a 59,9 meses	0	1.114	1.114
De 60,0 a 119,9 meses	0	280	280
Ignorado	0	1	1
Total	246	12.388	12.634

Fonte: RAIS (MTE/ FAT)

ESTATÍSTICAS DO BANCO DE DADOS INFORMATIZADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO COM RELAÇÃO AOS JOVENS DE 16 A 24 ANOS

A Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego (SEMTE) mantém um banco de dados onde são feitos cadastros de pessoas em busca de emprego. Esse processo é chamado de intermediação de mão-de-obra onde ocorre à mediação entre as empresas parceiras e o trabalhador em situação de desemprego. Tendo como objetivo a (re) colocação no mercado de trabalho, profissionalizando-os e visando a inclusão social dos indivíduos que vivem em condições de vulnerabilidade.

Abaixo, na Tabela 8 observa-se que entre jovens dessa faixa etária, todos eles são solteiros, e que a divisão por gênero está quase à metade, sendo que o sexo feminino predomina por apenas 2% das pessoas que procuram a secretaria.

Tabela 8 - Perfil dos jovens entre 16 a 24 anos por gênero e estado civil - 2005

Sexo	Quantidade	%	Solteiro
Masculino	1.294	49%	100%
Feminino	1.328	51%	100%
Total	2.622	100%	

Fonte: SEMTE/ Intermediação de mão-de-obra

Na análise por URGs (Unidades Regionais de Governo) feita através da Tabela 9, a seguir, constatou-se que a maior parte desses jovens estão concentrados na URG do Centro e do bairro da Posse, que juntas representam cerca de 31,7% do total. Além disso, vale destacar que 24,4% dos cadastrados são jovens de outros municípios, principalmente da Baixada Fluminense.

Tabela 9 - Números de jovens cadastrados na SEMTE por URGs - 2005

URG	Quantidade	%
Austin	159	6,1
Cabuçu	284	10,8
Centro	490	18,7
Comendador Soares	282	10,8
Km 32	105	4,0
Miguel Couto	139	5,3
Posse	341	13,0
Tinguá	17	0,6
Vila de Cava	164	6,3
Outros	641	24,4
Total	2.622	100,0

Fonte: SEMTE / Intermediação de mão-de-obra

A Tabela 10 nos informa o número de deficientes, o de estudantes e os que possuem alguma experiência profissional. É grande o número de jovens cadastrados que não estão mais estudando. Vale destacar que aproximadamente 42% dos jovens estão à procura do primeiro emprego e aproximadamente 58% dos jovens possui alguma experiência profissional.

Tabela 10 - Quadro informativo dos jovens entre 16 a 24 anos - 2005

	Deficiente	Estudante	Experiência Profissional
Não	2.591	1.485	1.096
Sim	31	1.137	1.526
Total	2.622	2.622	2.622

Fonte: SEMTE / Intermediação de mão-de-obra

A Tabela 11, a seguir, nos mostra as características étnicas dos jovens que estão no banco de dados da Secretaria. Através dela podemos observar que 35,2% dos jovens se declaram pardos enquanto que 30,3% não declararam nada em relação a sua etnia. Em segundo lugar, observamos que 17,4% se declararam brancos e, em seguida, temos 13,6% dos jovens negros no banco de dados.

Tabela 11 - Perfil dos jovens entre 16 a 24 anos por grau de instrução - 2005

Grau de Instrução	Quantidade.	%
Analfabeto	1	0,04
Ensino Fundamental Incompleto	321	12,24
Ensino Fundamental Completo	144	5,49
Ensino Médio Incompleto	783	29,86
Ensino Médio Completo	1.133	43,21
Ensino Superior Incompleto	212	8,09
Ensino Superior Completo	20	0,76
Não informado	8	0,31
Total	2.622	100,00

Fonte: SEMTE / Intermediação de mão-de-obra

A Tabela 12 nos revela as características dos jovens cadastrados no banco de dados em relação ao seu grau de escolaridade. Observamos que a maioria dos jovens possui o ensino médio completo e quando comparamos com os dados dos jovens através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) percebemos que a maioria também possui a mesma escolaridade. A porcentagem de jovens com superior incompleto é 8,09%, ou seja, são apenas 212 jovens cadastrados na procura de uma vaga.

Tabela 12 - Perfil dos jovens entre 16 a 24 anos por etnia - 2005

Etnia	Quantidade	%
Não declarada	795	30,3
Amarelo	57	2,2
Branco	457	17,4
Índio	30	1,1
Moreno	3	0,1
Negros	357	13,6
Pardos	923	35,2
Total	2.622	100,0

Fonte: SEMTE / Intermediação de mão-de-obra

CONCLUSÕES

Percebemos que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, não só em Nova Iguaçu como também no Rio de Janeiro e no Mundo. Cada vez mais se exige que os jovens tenham alguma experiência anterior, fazendo com que os que estão à procura do primeiro emprego encontrem dificuldades de acesso ao mercado.

Em Nova Iguaçu, observamos, através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, que a maior parte dos jovens trabalhadores estão alocados no setor de comércio e no de serviços. Em relação à divisão por gênero há uma pequena diferença entre o número de trabalhadores homens e de mulheres empregados no mercado de trabalho formal em 2004, pois os homens ocupam a maior parte dos postos de trabalho. Quanto ao grau de instrução desses jovens trabalhadores, a maior parte possui o ensino fundamental e médio (67,82%) e apenas 281 possuem nível superior completo representando apenas 2,22% do total mostrando que há um número pequeno de jovens graduados especificamente no mercado de trabalho formal de Nova Iguaçu. Entretanto, poderíamos dizer que este número é pequeno porque a maioria dos jovens na faixa etária de 16 a 24 anos estaria ainda cursando a graduação. Mas, quando notamos os dados, vemos que o número daqueles que estão com o superior incompleto também é reduzido. Com relação ao rendimento médio verifica-se que mais da metade ganha entre 1,01 a 1,50 salários mínimos, seguido dos trabalhadores que ganham entre 1,51 a 2,00 salários mínimos (23,1%).

Em relação ao perfil dos jovens que estão cadastrados no banco de dados da Secretaria de Trabalho e Emprego, vale destacar que aproximadamente 42% dos jovens estão à procura do primeiro emprego e aproximadamente 58% dos jovens possui alguma experiência profissional. Observa-se também que entre jovens da faixa etária em questão todos são solteiros e que a divisão por gênero é praticamente igual, sendo que o sexo feminino predomina por apenas 2% das pessoas que se cadastraram. Em relação ao perfil dos jovens por etnia, observamos que 35,2% se declararam pardos e 30,3% destes jovens optaram por não declarar sua etnia. Sobre o grau de instrução, notamos que a maioria (43,2%) possui ensino médio completo e que o número de jovens com ensino fundamental incompleto é mais que o dobro daqueles que possuem o ensino fundamental completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A., CUNHA, M., RODRIGUES, S. Rio de Janeiro: percepções da desigualdade e construção da democracia. **Democracia Viva: Especial Juventude e política**, Rio de Janeiro, n.30, p. 26-27, jan.-mar. 2006.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. *In: Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/ 90*. Rio de Janeiro: Fundação para a Infância e Adolescência, 2002. 116p.

CARRANO, Paulo. **Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades**. *Democracia Viva: Especial Juventude e política*, Rio de Janeiro, n.30, p. 3-5, jan.-mar. 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, 354p. FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. *In: TOMMASI, Livia de. Preocupações e polêmicas marcam o direito ao trabalho*. **Democracia Viva: Especial Juventude e política**, Rio de Janeiro, n.30, p. 34-38, jan.-mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Populacional 2000. *In: Sistema IBGE de Recuperação Automática*. 2006. Acesso em 09 fev. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e**

políticas públicas. Rio de Janeiro: iBase, 2005, 103p. (relatório final de pesquisa).
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Emprego. *In: OIT – Escritório no Brasil*. 2006. Acesso em 11 abr. 2006. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/emprego.php>>.

_____. A OIT e o Emprego de Jovens. *In: Emprego e Formação de Jovens*. 2006. Acesso em 11 abr. 2006. Disponível em < http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/emp_form_jov.php>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação de Dados Estatísticos/ FAT/ MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, 2004.

RIBEIRO, E., LANES, P., CARRANO, P. Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras. **Democracia Viva: Especial Juventude e política**, Rio de Janeiro, n.30, p. 76-83, jan.-mar. 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria-Geral de Planejamento. **Estudo Sócio-Econômico**: Nova Iguaçu, out. 2005.

TOMMASI, Livia de. Preocupações e polêmicas marcam o direito ao trabalho. **Democracia Viva: Especial Juventude e política**, Rio de Janeiro, n.30, p. 34-38, jan.-mar. 2006.